

X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario, 2005.

La America Latina en las representaciones de los Senadores brasileños Fernando Henrique Cardoso y Roberto Campos (1983-91).

Melo, Wanderson Fabio de.

Cita:

Melo, Wanderson Fabio de. (2005). *La America Latina en las representaciones de los Senadores brasileños Fernando Henrique Cardoso y Roberto Campos (1983-91)*. X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-006/406>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Xº Jornadas Interescuelas/Departamentos de História

Rosário, 20 al 23 de septiembre de 2005.

Título: “La America Latina en las representaciones de los Senadores brasileños Fernando Henrique Cardoso y Roberto Campos (1983-91)”

Mesa Temática: Nº 43 “Políticas del poder financiero, resistencia y construcción de poder popular en Brasil y Argentina. Dictaduras Militares y “democracias” desde los '60 hasta hoy”.

Pertenencia Institucional: Alumno do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC – SP, Doutorado em História e Professor na Faculdade Mauá.

Autor: MELO, Wanderson Fabio de. Professor de História da Educação I e II; Formação Social, Econômica e Política do Brasil I e II, e Desenvolvimento Capitalista e Desigualdade Social.

Dirección:

Rua Emílio Serrano, nº 126, ap: 31-A

Cep: 08253-030. São Paulo – SP, Brasil.

Teléfono: (0XX11) 6944-2970

E-mail: wfabiomelo@yahoo.com.br

Título:

A América Latina nas representações dos Senadores brasileiros Fernando Henrique Cardoso e Roberto Campos (1983 – 1991)

Apresentação

Este texto é parte da pesquisa de doutorado se propõe estudar a práxis, isto é, as representações, projetos e intervenções de Roberto Campos e Fernando Henrique Cardoso através de seus discursos e debates no Senado Federal brasileiro durante o período de 1983 a 1991, quando exerceram mandatos de senadores; Roberto Campos pelo Estado do Mato Grosso e Fernando Henrique Cardoso por São Paulo. Nesse momento, ambos se debruçaram acerca da problemática da “Modernização” e da “Crise e Reforma do Estado” para a América Latina.

O campo dos intelectuais, da ideologia e da atuação política constitui a matéria desta pesquisa, uma vez que a investigação dos fundamentos das dimensões práticas e a explicitação dos eixos temáticos essenciais dos ideários de Cardoso e Campos, assim como as suas visões sobre a situação política e econômica latino-americana nos anos 80. Cardoso e Campos desempenharam funções de intelectuais¹, uma vez que construíram projetos e lutaram para a execução na política. Ressaltando diferenças e semelhanças, eles foram portadores de ideologia², ou seja, “consciência social prática” relacionada e articulada com um conjunto de valores e intenções, a fim de implementá-los na sociedade brasileira.

Os intelectuais, destarte, são portadores de certos valores em detrimento a outros, uma vez que defendem certos interesses. Sua tarefa é a de agitar idéias, levantar problemas ou apenas teorias gerais; enquanto que a tarefa do Senador remete à elaboração de projetos e de modos de viabilizá-los. Todo projeto implica escolha entre possibilidade diversa e toda escolha é necessariamente uma limitação, é ao mesmo tempo uma afirmação e uma negação.

O desafio deste trabalho está em explicitar a problemática acerca das conceituações de “autoritarismo” e “populismo” para o entendimento da política na América Latina utilizadas por Cardoso e Campos. Contudo, pretendemos situar as propostas de modernização econômica debatidas no Senado Federal nos anos 80, tendo como principais instigadores esses dois intelectuais, que articulara essa temática com a abertura democrática, a crise da dívida externa e a participação da sociedade civil.

Uma questão relevante percorrerá este trabalho a partir da observação de novas configurações políticas que se formaram na cena brasileira nos anos 80, isto é, a formação de um consenso que diz respeito a liberalização política, entendida na forma de institucionalização da democracia, e a liberalização econômica: modernização econômica, desregulamentação, privatizações e cortes nos gastos públicos. Percebe-se que estas políticas debatidas no Senado Federal naquele

¹ Segundo Gramsci “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm a função de intelectuais”, sendo assim, historicamente se formam “categorias especializadas para o exercício da função de intelectual” ligadas a grupos, classes ou setores sociais, no interior das sociedades historicamente formadas. GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, vol. 2, RJ: Civilização Brasileira, 2000, p.18.

² Entendemos por ideologia, não a mera redução “falsa consciência”, pois segundo István Mészáros: “a ideologia não é ilusão nem supertição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada. Como tal, é insuperável na sociedade de classe”. MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. SP: Ensaio, 1996, p. 22.

período, revelam a insuficiência das análises que remetem a implementação da política neoliberal no Brasil com o chamado Consenso de Washington nos anos 90. Assim, algumas indagações abrem o caminho e dão rumos a esta pesquisa: a referência ao Consenso de Washington e suas medidas para a América Latina bastariam para compreender a implementação da política neoliberal no Brasil dos anos 90? Seria possível explicar as formulações políticas e sociais no Brasil unicamente como um produto de um Seminário realizado em Washington? Ou haveria outras determinações, cujas raízes estariam fincadas no pensamento e na ação de intelectuais brasileiros, mais precisamente, em propostas que circulavam no Senado Federal e na imprensa?

Os estudos que tomam como referência o Consenso de Washington para analisar o neoliberalismo à brasileira nos levam a desconsiderar todo o debate que ocorria no Senado nos anos 80, desconsideram os agentes políticos e nos deixam com a impressão de que a história dos países latino-americanos é realizada externamente, perdendo de vista especificidades do caso de cada país e dos grupos sociais que sustentam esta política.

O que se busca, neste trabalho, é o desafio de tecer as tramas de uma análise que, ao mesmo tempo, coloque em destaque os pensamentos de Cardoso e Campos, reafirme a especificidade do discurso de cada um, perceba como foram ressignificados no confronto político e explicita a circulação de suas formulações à sociedade civil.

Roberto Campos e Fernando Henrique Cardoso possuem trajetórias políticas distintas. O primeiro atuou conjuntamente à ala castelista dos militares ligados à Escola Superior de Guerra (ESG), os quais lideraram o golpe de Estado em 1964 e instauraram a ditadura militar no Brasil. Campos foi o principal articulador do projeto econômico e de todo o reordenamento financeiro que ocorreu no país durante o período do governo Castello Branco. Fernando Henrique, por sua vez, construiu sua trajetória acadêmica e política no campo oposicionista à ditadura militar. As críticas de Cardoso se pautaram muito mais sobre questões políticas e institucionais do que nas questões econômicas. Entretanto, para Fernando Henrique e Roberto Campos, o projeto econômico implementado no primeiro governo da ditadura militar pós-64, com o fortalecimento do setor privado e o impulso do desenvolvimento via capital internacional, foi avaliado positivamente. Desse modo, as discordâncias aparecem

na forma de realização desse projeto. Roberto Campos entendia que nos anos da década de 1960 só se alcançaria o desenvolvimento econômico e social através do que nomeou “autoritarismo de transição”³, enquanto Cardoso propalava o “desenvolvimento associado” sem o constrangimento de um “Estado burocrático autoritário”⁴. Assim, é possível definir Roberto Campos, por sua posição liberal na economia e defesa do “autoritarismo de transição” com Castello Branco na política em 1964, como um liberal-conservador e Fernando Henrique Cardoso, por sua defesa liberal na economia e pela democracia política, como um liberal-democrata.

A arena senatorial, parte da sociedade política, serviu como palco de grandes disputas políticas e de idéias entre os setores que compunham a sociedade brasileira e estavam ali representados. Os dois Senadores ao mesmo tempo respondiam e propunham projetos para a sociedade civil. Gramsci⁵ fez a proveitosa distinção entre sociedade civil e sociedade política, assim destacou que a primeira é feita de afiliações voluntárias (não coercitivas) como escolas, famílias e sindicatos, e a última de instituições estatais (exército, polícia e burocracia central), cujo papel na entidade política é a dominação direta. A atuação dos senadores será vista operando nos marcos da sociedade política e civil, onde a influência de idéias e instituições não atua por meio da dominação, mas por aquilo que Gramsci chamou de hegemonia. Na sociedade não-autocrática certas formas sociais predominam sobre as outras, do mesmo modo que certas idéias são mais influentes que outras, a forma dessa liderança social é o que tal autor identificou como hegemonia, um conceito indispensável para qualquer entendimento da sociedade contemporânea. É a hegemonia, ou melhor, o resultado da hegemonia em ação, que confere os propósitos dos discursos externados pelos senadores Fernando Henrique Cardoso e Roberto Campos.

Os objetos de estudo são os discursos dos dois políticos no Senado Federal e seus artigos na imprensa, explicitando a importância histórica de ambos enquanto

³ Cf. MELO, W. F. “No governo de Entressafra”: a práxis de Roberto de Oliveira Campos no governo de Castello Branco (1964-1967). Programa de estudos Pós-graduados da PUC/SP, Doutorado em História, 2002, Mimeo, pp: 62-82.

⁴ Fernando Henrique afirmara: “não penso que 1964 estivesse inscrito inexoravelmente na lógica econômica da história [...] o movimento foi uma das saídas possíveis e não a única”. CARDOSO, F. H. *O Modelo Político Brasileiro*. SP: DIFEL, 1973, p. 71. Uma análise das posições de Fernando Henrique Cardoso sobre o período da ditadura militar cf. COTRIM, I. *O Capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso*. Dissertação de Mestrado. IFCH, Unicamp, Campinas, 2001. Mimeo, pp: 190-210.

⁵ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Vol 2. RJ: Civilização Brasileira, 2000, p. 16.

“sujeitos sociais”, por suas propostas e influências na política institucional. As fontes são seus discursos e debates registrados nos *Anais do Senado*, além de suas obras e artigos na imprensa⁶. Campos⁷ e Cardoso⁸ pronunciaram seus programas nas disputas no interior da *grande assembléia*. Nos *Anais do Senado* percebemos os debates relevantes na sociedade política e as inquietações da sociedade civil, bem como suas posições sobre a América Latina.

O “desenvolvimento dependente associado”, “grau diferenciado de desenvolvimento” e modernização na América Latina: as posições de Cardoso e Campos

Analisando a situação econômica da América Latina, Fernando Henrique Cardoso e o historiador chileno Enzo Faletto defenderam que: “a vinculação das economias periféricas ao mercado internacional se dá, sob esse novo modelo, pelo estabelecimento de laços entre o centro e a periferia que não se limitam apenas, como antes, ao sistema de importações-exportações; agora as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais. Isso é corroborado pelas análises sobre o financiamento externo da América Latina que mostra que os investimentos estrangeiros orientam-se em forma crescente para o setor manufatureiro, e indicam que esse fluxo se expressa através de investimentos privados (e entre estes os ‘diretos’ tem um predomínio absoluto sobre os de ‘carteira’) e por intermédio de um grupo muito reduzido de empresas”⁹.

Nota-se que para Cardoso e Faletto o processo industrial latino-americano não é uma simples extensão do capital dos países centrais, uma vez que identifica o início da industrialização no período de crise mundial, e tampouco este processo é atrapalhado pelo centro. Contudo, Cardoso defende a possibilidade do

⁶ Em São Paulo os artigos de Roberto Campos, na década de 1980, foram publicados pelo jornal *O Estado de São Paulo* e os de Fernando Henrique Cardoso, pelo jornal *Folha de São Paulo*.

⁷ Segundo o assessor e amigo de Roberto Campos, o jornalista Olavo Luz: “nas vezes que [Roberto Campos] subiu a tribuna deixou nos anais verdadeiras lições de comportamento na nova ordem política, econômica e social”. Ou seja, de acordo com a fala do assessor, Campos pronunciara seu programa liberal nas disputas no interior do Senado Federal. LUZ, O. *Roberto Campos: um retrato pouco falado*. RJ: Campus, 2002, p. 69.

⁸ Segundo a jornalista Leoni, o “senado deu a Fernando Henrique dimensão política”, por sua atuação em plenário e nos bastidores. LEONI, B. H. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*. RJ: Nova Fronteira, 1997, p. 270.

⁹ CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaios de interpretação sociológica*. 6ª, RJ: Zahar Editores, 198, p. 125.

desenvolvimento dos países periféricos – como os latino-americanos – associados aos países centrais. Assim, na interpretação cardosiana dependência e industrialização passavam a coexistir¹⁰.

Esta posição, no entanto, se contrapunha às propostas da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) e do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiro) embasadas no nacionalismo e do nacional-desenvolvimentismo.

Cardoso constrói sua argumentação sobre a “nova dependência” a partir da “internacionalização dos mercados”, da possibilidade de “novos investimentos” e da dinamização do “setor moderno” da economia. Sobre a situação da América Latina, o autor defende a possibilidade de realizar o desenvolvimento dependente associado, uma vez que a integração com o mercado externo é feita por meio da transferência de capital e de técnicas modernas de produção. No entanto, esse processo atinge os países de forma diferente, isto é, de acordo com a intensificação do processo de industrialização. Contudo, a formação de uma economia industrial na periferia minimiza os efeitos da exploração colonialista e reforça à produção capitalista moderna.

No caso brasileiro, o processo de “desenvolvimento associado” ganhou impulso no governo de Juscelino Kubitschek, nos anos 50, porém se consolidou no período pós-64. Sobre a ruptura institucional, Cardoso afirmou que seria “correto dizer que o golpe de 64 acabou por ter conseqüências ‘revolucionárias’, no plano econômico”¹¹, plano esse que “necessitava da prévia desarticulação dos instrumentos de pressão e defesa das classes populares”¹² para “o estabelecimento do processo de acumulação”. Desse modo, reconhece que com o golpe militar as organizações populares foram atingidas para viabilizar os pressupostos do “capitalismo associado”.

As observações de Cardoso procuram defender uma posição que não vincule “fechamento político” e “desenvolvimento econômico”, para tanto, toma como referência o *novo* padrão de acumulação, conquistado com o governo militar, com

¹⁰ É importante ressaltar que sobre a chamada “teoria da dependência” existem várias posições em seu interior, de modo que a interpretação de Fernando Henrique Cardoso não é consensual. Sobre essas polêmicas e as diferentes visões acerca da teoria da dependência ver: MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000; BAMBIRRA, Vânia. *Teoria de la Dependencia; una autocrítica*. Era: México, 1978; BLOMSTRÖM, M. & HETTNE, B. *La teoría del desarrollo en transición*, México: FCE, 1990.; SANTOS, T. Dos. *A teoria da dependência: balanços e perspectivas*. RJ: Civilização Brasileira, 2000.

¹¹ CARDOSO, F. H. *O Modelo Político Brasileiro*. 3^a. ed., RJ: Difel, 1977. p. 55.

¹² IDEM, *Ibidem*, p. 55.

objetivo de propor caminhos de redemocratização. Ou seja, para Cardoso deveria-se implementar o “desenvolvimento associado”, porém sem recorrer ao “regime autoritário burocrático militar”, portanto, sem a ruptura da democracia.

Analisando a “teoria da dependência” de Cardoso, Roberto Campos afirma que a mesma segue os estruturalistas por “transpor-se inadequadamente, para o campo econômico, um conceito político. Pois que existiu um colonialismo político, fala-se analogicamente em colonialismo econômico. Mas o que ocorre no mundo real são variados graus de desenvolvimento, através de um processo dinâmico, insuscetível de classificações estáticas.”¹³

No entendimento de Campos não existia “dominação econômica” nos moldes que colocavam os nacionalistas e nem o “desenvolvimento associado”, mas sim o que denominou de “graus variados de desenvolvimento”.

A questão do “desenvolvimento dependente” na economia, segundo Roberto Campos, seria uma tendência em seguir as categorias estáticas no tempo, “assim, enquanto para os economistas o subdesenvolvimento é um mero estágio, ao longo de um processo, para os sociólogos em questão configura-se-ia como uma categoria especial de desenvolvimento: o desenvolvimento ‘dependente’ ou ‘associado’.”¹⁴

Então, subdesenvolvimento e desenvolvimento seriam apenas etapas de um processo relacionado com a capacidade de absorver capital. Portanto, a questão central para Roberto Campos é que o capital nacional ou internacional aplicado à economia acaba gerando um crescimento contínuo e sem distinção de “centro” e “periferia”.

Trazendo essa questão para a problemática do desenvolvimento latino-americano, Campos, em um discurso no Senado pronunciado em março de 1990 propalou: “a América Latina, como um todo, tornou-se um quinto mundo para os investidores. O magneto são os Estados Unidos, seguidos pela Comunidade Econômica Européia, e pela franja dinâmica da Ásia e Austrália. Em quarto lugar, emergem os novos mercados da Europa Oriental, beneficiária de antigas afinidades e mão-de-obra treinada”¹⁵.

¹³ CAMPOS, R. de O. *Além do Cotidiano*. 2ª ed., RJ: Record, 1985, p. 72.

¹⁴ CAMPOS, R. de O. Entrevista in: BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros*. SP: Editora 34, 1996, p. 59.

¹⁵ CAMPOS, R. de O. Discursos, in: *Diário do Congresso Nacional*, 08 de Março de 1990, p. 559.

Nota-se que Campos sempre explicita a aparência das relações econômicas e sociais, uma vez que não revela a essência da questão, isto é, não mostra os Estados Unidos como o emissor da principal moeda internacional e sede das principais empresas mundializadas, seguidos pela Comunidade Européia. Não contextualiza os países asiáticos “desenvolvidos”, ou seja, não revela que nem todos foram agraciados com investimentos e que muitos desses países podem ser comparados às Cidades-Estados. Sobretudo, esconde a própria responsabilidade das elites dirigentes que permitiram o descaso com a educação e, conseqüentemente, com a formação para o mundo do trabalho, refletindo na desqualificação profissional da força de trabalho.

A América Latina na representação de Roberto Campos é uma parte do mundo em uma etapa atrasada econômica e politicamente, que não completou seu caminho para o desenvolvimento capitalista por não ter poupança interna e por sua elite dirigente não ter a capacidade de favorecer a absorção de poupança externa.

Comentando o universo político latino-americano, Roberto Campos e Fernando Henrique Cardoso identificaram o “populismo”. Argumentaram que a sociedade latino-americana configurava um estágio intermediário entre a sociedade tradicional, isto é, sociedade rural e com restrita participação política; e a moderna, com economia de mercado e ampla participação política. Desse processo, emergiram figuras políticas na América Latina “descoladas” das classes sociais, mas que recorreram à manipulação dos trabalhadores urbanos para formar grupos de pressões políticas.

Contudo, na América Latina não seguiu-se os padrões clássicos da liberal-democracia européia, de modo que para os dois Senadores, criou-se uma estrutura política incompleta. O crescimento populacional e a urbanização forçaram a alteração do sistema político. Assim, o fenômeno político é dimensionado num período de transição de uma ordem agrária, oligárquica e tradicional, para uma outra moderna, industrial e liberal-democrática.

Então, a modernização política exige, de acordo com os dois autores, a superação do “populismo” e, de certa maneira, uma recusa das reivindicações sociais das massas trabalhadoras. Eles insistem na superação do “populismo” como condição para o desenvolvimento econômico. A questão passa a ser: como operar a superação do populismo? Para Cardoso é a formação de grupos de pressão no

interior do sistema político e sem o “personalismo”. Já na posição de Campos seria a “cirurgia política” operada por grupos de fora do sistema político, isto é, os militares comprometidos com o capital. Dessa forma, as diferenças entre os Senadores é que: Fernando Henrique Cardoso entende que a própria evolução do sistema político democrático proporciona condições de superação do “populismo”, enquanto para Campos a política atrapalharia a condução da economia nos anos 60 e 70, daí seu apoio aos vários dos golpes militares que ocorreram na América Latina nos anos 60 e 70, entre os quais Onganía na Argentina, Pinochet no Chile e Vidella na Argentina em 1976.

No Brasil, Campos apoiou os militares vitoriosos em abril de 1964, pois defendia a necessidade de uma etapa de “autoritarismo” que criaria as condições para posteriormente institucionalizar a democracia sem os “populistas” e socialistas e garantir o modelo econômico do país.

Acerca das noções de “autoritarismo” e “totalitarismo”, o Senador matogrossense, argumenta que existem diferenças, pois: “regimes totalitários são, por exemplo, os dos países comunistas e algumas ditaduras primitivas da África e América Latina. Os regimes autoritários, por sua vez, proclamam a democracia com objetivo reconhecido e aceito, admitem o pluralismo econômico e, em vários graus, preservam a liberdade individual”¹⁶.

Assim, Campos revela que o “totalitarismo” impede o “pluralismo econômico” e a “liberdade individual”, entendida como a possibilidade do indivíduo atuar no mercado, sem as pressões do Estado, a expressão do “totalitarismo” no continente seria Cuba de Fidel Castro. O “autoritarismo” político, por outro lado, embora impeça a liberdade política, considera a liberdade individual no “pluralismo econômico”, permite o desenvolvimento da esfera privada. Daí o apoio de Roberto Campos às ditaduras militares na América Latina, sobretudo à Vidella na Argentina e Pinochet no Chile. Portanto, segundo seu posicionamento, o “autoritarismo” não é desfavorável ao liberalismo. Nota-se que o Senador reconhece apenas a liberdade individual da propriedade privada e justifica a violência estatal para garantir tranqüilidade aos agentes econômicos privados.

Roberto Campos nomeou a ditadura militar brasileira no período de Castello Branco de “autoritarismo de transição”, isto é, restringiu o sistema político com a

intervenção, mas manteve-se o funcionamento de partidos, garantiu o pluralismo econômico, realizou o rodízio de presidentes e manteve a “democracia” com valor ideal. Destarte, Campos aliou-se aos militares liderados por Castello Branco, uma vez que enxergou no projeto castelista o “autoritarismo” que realizaria a modernização das instituições políticas da sociedade brasileira e garantiria o desenvolvimento da esfera privada.

Mas após a perda de hegemonia dos militares castelistas no bloco de poder e a emergência dos setores “linha dura”, liderados por Costa e Silva, Roberto Campos identificou a sobreposição do estamento militar em relação à iniciativa privada, criando o “autoritarismo burocrático”, isto é, o Estado passa a desempenhar um papel importante na economia em detrimento do setor privado.

No setor de oposição à ditadura militar, Fernando Henrique Cardoso empregará a noção “Estado burocrático autoritário” a fim de caracterizar o regime pós-64, a partir de um conjunto de características: militar no poder executivo, predominância do executivo em relação aos outros poderes, convivência entre a ordem jurídica e o arbítrio, em suma “um regime de liberdade prescritas, cujo exercício é restrito, e de arbitrariedades que se rotinizam”¹⁷.

Nota-se que Cardoso vê, no regime iniciado no pós-64, características de “autoritário” e não propriamente uma ditadura. No caso brasileiro entendeu que a base organizativa não se assentou no “controle nacional do sistema produtivo”, de tal modo que a “revogação da democracia” favoreceu a ampliação das forças que almejaram aprofundar o “desenvolvimento associado”.

Segundo Cardoso o golpe militar emergiu após a “crise do populismo” e operou a “revolução burguesa”, pois “a burguesia local, fruto de um capitalismo dependente, não pode realizar uma revolução no sentido forte do conceito”¹⁸. A transformação radical que a burguesia brasileira poderia executar “consiste em integrar-se no capitalismo internacional como dependente e associada”. E continua “foi essa revolução limitada de uma economia capitalista dependente que o golpe de 64 veio a facilitar, na medida em que reprimiu as classes trabalhadoras, conteve salários,

¹⁶ CAMPOS, R. de O. *Além do cotidiano*. 2 ed. RJ: Record, 1985, p. 48.

¹⁷ CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e democratização*. 2 ed. RJ: Paz e Terra, 1975, p. 188.

¹⁸ CARDOSO, F. H. *O modelo político brasileiro*. SP: Difel, 1972, p. 71.

ampliou os canais de acumulação”¹⁹ e se integrou ao capitalismo internacional, reduzindo as barreiras nacionalistas que impediam tal processo.

Assim, após o aprofundamento das medidas econômicas de “substituição das importações” levadas pelos governos militares posteriores a Castello Branco, Fernando Henrique propala o surgimento da “burguesia estatal”, isto é, que se forma uma camada de dirigentes de empresas que não é uma camada burocrática, de modo que o âmbito de decisão ultrapassa o quadro interno da empresa, cuja política permite a emergência de uma composição de grupo e um programa – o expansionismo estatal, que define objetivos relativamente autônomos para este setor. Doravante, Cardoso argumenta “se formou um setor de classe no conjunto dos interesses ‘burgueses’- ou seja, capitalistas – que passou a disputar a hegemonia no bloco de poder formado pelas classes dominantes”²⁰.

Nota-se então que, para Fernando Henrique Cardoso a noção de regime “burocrático autoritário” vem ligada à “burguesia estatal”, a partir da hegemonia desse setor em relação aos outros agentes no interior do bloco de poder, portanto, a superação do “autoritarismo” só se realizaria no momento que se retirasse a liderança social exercida por esta “classe”.

É importante destacar que Cardoso, através de sua conceituação de “estado burocrático autoritário” não diferencia Estatal e Público. Suas críticas aos que dirigem as estatais não coloca a publicização da esfera pública, mas abre caminho para a privatização dessa esfera por parte dos agentes privados. Em nenhum momento faz referência a possibilidade de democratização da administração do capital estatal, ao contrário, aponta os aspectos negativos das empresas estatais apropriada pela “burguesia de estado”.

Fernando Henrique Cardoso teve uma atuação importante na oposição legal *emedebista* ao regime militar. Tanto em seu trabalho enquanto político, assim como intelectual. Suas propostas foram pensadas no sentido de liderar diferentes grupos contra setores dominantes. Portanto, a teoria do autoritarismo de Fernando Henrique Cardoso permitiu a articulação da ampla aliança de classes que se opôs ao regime militar em sua última fase e, principalmente, tornou possível a transição política, sob a forma conservadora que a mesma assumiu. Cardoso, a partir de sua

¹⁹ IDEM. *Ibidem*, p. 71

²⁰ CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e democratização*. 2 ed. RJ: Paz e Terra, 1975, p. 17.

“teoria do autoritarismo” construiu um universo imaginário que lhe permitiu somar setores sociais politicamente, isto é, levou a politicização da totalidade e a construção de um programa político que incorporou os “liberais autoritários” críticos à intervenção estatal. Desse modo, a teoria do autoritarismo interpelou toda a sociedade civil como setores igualmente submetidos, discriminados e espoliados pelo Estado autoritário e por sua força dirigente – a burguesia do Estado.

Desse modo, a “teoria do autoritarismo”, tanto a de Roberto Campos (“autoritarismo de transição”, ou “autoritarismo burocrático”), quanto a de Fernando Henrique Cardoso (“burocrático autoritário”) absolveram as responsabilidades e a participação do capital privado nacional e internacional no período do regime militar. Recusaram chamar o sistema pós-64 de ditadura, pois o “pluralismo econômico e o funcionamento de partidos” eram as credenciais da não exceção absoluta.

Tanto Cardoso, quanto Campos partem de paradigmas liberais ao sistematizar o “autoritarismo” como uma figura intermediária entre o “totalitarismo” e o regime democrático, ou seja, a propriedade privada é respeitada, mas o Estado de Direito, cujo poder difuso se manifesta pelo controle de diversas forças sociais²¹, é atrofiado e, sobretudo, a liderança social é exercida pela “burocracia de Estado” ou “burguesia de Estado”, um setor diferente em relação à iniciativa privada.

A “teoria do autoritarismo” permitiu a composição de uma enorme frente de oposição agregando diferentes setores contra o “regime autoritário”. A partir dessa teoria articulou-se a operação de hegemonia no processo de transição política, o que possibilitou a constituição de uma ampla aliança policlassista, somando inclusive os “liberais autoritários” desgarrados do regime militar. Contudo, a redemocratização apontada pela teoria do autoritarismo não diferenciou Estatal e Público, revelou a sua filiação liberal do ponto de vista político e econômico e, ainda, permitiu a constituição de uma hegemonia liberal-conservadora no momento da

²¹ Analisando os conceitos de *autoritarismo* e *totalitarismo*, o filósofo José Chasin observou a inconsistência da crítica liberal democrática em aglutinar os *anti-liberais*, tanto de direita: fascismo e nazismo; quanto de esquerda: socialismo, stalinismo, trotskismo e castrismo, na universalização de *totalitários*, independente de suas práticas e base de apoio no interior da sociedade: “é precisamente o universal abstrato que permite à crítica liberal, dando extensão máxima ao conceito de totalitarismo, aglutinar uma multiplicidade de fenômenos, distintamente situados, sob o mesmo rótulo que os confunde sob o pretexto de os explicar. É nessa linha de procedimento que assistimos ao ‘monopólio’ do poder se transformar em ‘monopólio’ do poder em geral (tendo se tornado monopólio, isto é, totalitário, exatamente porque não apresenta difuso, como é preterido que ocorra no estado liberal) /.../ a crítica liberal não se supõe a perspectiva de uma superação do estado e de seu poder, recomendando, por assim dizer, difundi-lo contratualmente.” CHASIN, J. ; in: “Sobre o Conceito de Totalitarismo”, *Revista Ad Hominem*, nº1, Tomo III, *Política*, São Paulo, Edições Ad Hominem, 2000. P.82-83.

transição democrática, a partir da desconcentração do poder político em torno do Executivo e a desconcentração econômica em torno do Estado.

De acordo com Roberto Campos, ao Estado cabe parcela considerável da responsabilidade pela crise brasileira em 1983 e exemplifica, a partir dos exemplos do crescimento das estatais, que: “o capital estatal representa 82% do capital conjunto das cinquenta maiores empresas, e destas nada menos que 26 são estatais. O êxito do programa de ‘desburocratização’ será perfunctório sem um esforço de ‘desestatização’. Pois a burocracia é filha diletta dos controles do Estado.”²²

Nota-se que a acusação ao Estado acarreta não só a rejeição ao intervencionismo, mas traz também a responsabilidade pela “desordem”, sendo esta decorrência da prática emissionista que resulta no crescimento da inflação. Neste sentido, o Senador passa a defender que se encontrava na sociedade brasileira o “excesso de público”, de modo que era preciso “reindividualizar a sociedade”, o que se alcançaria através da mercantilização da esfera pública. A robustez do “mundo público” açoitava a esfera privada e provocava instabilidade.

Doravante, Campos explicita um questionamento: “o gigantismo estatal dificulta extremamente a luta inflacionária. É um dos paradoxos do ‘estado empresário’. Imaginar-se-ia que o setor privado fosse mais difícil de disciplinar que o setor público. Mas o contrário acontece”²³.

Aqui o Senador se dirige a um interlocutor oculto, o regime militar que aumentou o capital estatal. O discurso de Campos marca seu rompimento político com o que se chamava de “regime de 64”. Dedicar-se agora a um novo consenso e a uma nova cultura política que propala: a máquina estatal perdeu a capacidade de atuar na resolução dos problemas vivenciados no país, apresentou uma nova utopia conservadora.

No debate acerca da situação política da América Latina, o Senador Roberto Campos se posicionou favoravelmente a institucionalização da democracia, mas argumentou que ela deveria vir acompanhada de uma nova noção de administração do espaço público calcada no respeito à liberdade individual, em que o poder público garanta a liberdade política e a liberdade de mercado, não intervindo na

²² CAMPOS, R. de O. “As lições do Passado e as soluções para o futuro”. In: *Congresso Nacional – Anais do Senado Federal*, vol. 08 nº6, DF, junho/ 1983, p. 1772.

esfera econômica e nem implementando regulamentação. O palco da deliberação deveria ficar restrito ao estrado individual, não influenciado pelo público. Assim, revela uma proposta de institucionalização da democracia em consonância à privatização do espaço societário.

Também tematizando a intervenção estatal, o Senador Fernando Henrique Cardoso ponderou que “é preciso reconhecer que o Estado inchou, o que impede o desenvolvimento de novas tecnologias /.../ Neste sentido, o mercado não representa mais o empresário em si, mas sim um certo dinamismo da criatividade tecnológica”²⁴. Contudo, Cardoso, a partir da consideração à respeito da modernização tecnológica passa a questionar a intervenção do Estado e observa a internacionalização da economia seguindo coerentemente sua propositura de “desenvolvimento associado dependente”.

Observando essas dimensões da atuação de Campos e Cardoso, nota-se que a circulação de suas idéias tiveram como objetivo realizar uma reforma “intelectual moral”, isto é, buscavam formar uma nova cultura política pautada na crítica à intervenção estatal.

A partir do Senado brasileiro nos anos da década de 1980, pode-se perceber a confluência programática nas representações sobre a América Latina de setores políticos que apoiaram ditaduras e outros que lutaram pela democracia institucional, expressados nos discursos dos dois Senadores e dirigentes intelectuais, isto é, a necessidade de incorporar poupança interna para o desenvolvimento econômico, superar o “populismo” e o “autoritarismo”, e por fim, levar à cabo, o processo de modernização. As diferenças entre os dois Senadores se expressaram na realização desse processo. Para Roberto Campos o combate à inflação e os temas econômicos são prioritários. Já Fernando Henrique Cardoso propala a institucionalização da democracia, para que essas reformas sejam legitimadas politicamente e possam ser efetivadas.

Além disso, as trajetórias de Campos e de Cardoso nos fornecem elementos para perceber a recomposição das forças no processo político brasileiro nos anos 80, a partir da confluência entre setores conservadores oriundos do “regime de 64” e setores da oposição legal. A “teoria do autoritarismo”, a caracterização de

²³ CAMPOS, R de O. *Idem*, p. 1773.

²⁴ CARDOSO, F. H. “Temos que avançar na democracia”, entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, 13 de

“burguesia estatal” e a modernização possibilitaram a composição da nova força hegemônica.

Referencias bibliográficas

- BAMBIRRA, Vânia. *Teoria de la Dependencia; uma autocrítica*. Era: México, 1978.
- BIDERMAN, C.; COZAC, L. F. L.; REGO, J. M. *Conversas com economistas brasileiros*. SP: Editora 34, 1996.
- BLOMSTRÖM, M. & HETTNE, B. *La teoría del desarrollo en transición*, México: FCE, 1990.
- CAMPOS, R. de O. “As lições do Passado e as soluções para o futuro”. In: *Congresso Nacional – Anais do Senado Federal*, vol. 08 nº6 , DF, junho/ 1983, p. 1769-1782.
- CAMPOS, R. de O. *Além do cotidiano*. 2 ed. RJ: Record, 1985.
- CAMPOS, R. de O. Discursos, in: *Diário do Congresso Nacional*, 08 de Março de 1990, pp: 558-569.
- CARDOSO, F. H. & FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaios de interpretação sociológica*. 6ª, RJ: Zahar Editores, 1981.
- CARDOSO, F. H. “Temos que avançar na democracia”, entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, 13 de Janeiro de 1985.
- CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e democratização*. 2 ed. RJ: Paz e Terra, 1975
- CARDOSO, F. H. *O Modelo Político Brasileiro*. SP: DIFEL, 1972.
- CHASIN, J. “Sobre o Conceito de Totalitarismo”, in: *Revista Ad Hominem, nº1, Tomo III, Política*, São Paulo, Edições Ad Hominem, 2000, pp: 79-90.
- COTRIM, I. O Capitalismo dependente em Fernando Henrique Cardoso. Dissertação de Mestrado. IFCH, Unicamp, Campinas, 2001. Mimeo.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*, vol. 2, RJ: Civilização Brasileira, 2000.
- LEONI, B. H. *Fernando Henrique Cardoso: o Brasil do possível*. RJ: Nova Fronteira, 1997.
- LUZ, O. *Roberto Campos: um retrato pouco falado*. RJ: Campus, 2002.
- MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MELO, W. F. “No governo de Entressafra”: a práxis de Roberto de Oliveira Campos

durante o governo de Castello Branco (1964 – 1967). Programa de Estudos Pós-graduados PUC/SP, Mestrado em História, 2002. Mimeo.

MÉSZÁROS, I. *O poder da ideologia*. SP: Ensaio, 1996.

SANTOS, T. Dos. *A teoria da dependência: balanços e perspectivas*. RJ: Civilização Brasileira, 2000.